

AS RECONFIGURAÇÕES DO TRABALHO NA REGIÃO DE BLUMENAU

Valdir da Silva, Valmor Schiochet, Claudia Sombrio Fronza

RESUMO: O mundo do trabalho acumula em toda a sua história, reconfigurações impostas pelo capital na região de Blumenau desde o período colonial. Enquanto que a sociedade colonial ingressou no capitalismo após a divisão social do trabalho, o processo de urbanização acelerado fez com que ocorresse a formação de uma sociedade salarial altamente industrializada. Para compreensão das dinâmicas que promoveram as reconfigurações do trabalho, utilizou-se de um ferramental metodológico exploratório na literatura, assim como, buscas nas bases sociais para análise salarial por meio de econometria. Desse modo, essa pesquisa discute as reconfigurações do trabalho sob o ponto de vista do desenvolvimento desigual. Por fim, buscou-se entender as novas morfologias do trabalho e as opções das pessoas que não conseguem inserção no mercado de trabalho formal.

Palavras-chave: Reconfigurações do trabalho; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Desigual; Força de Trabalho.

AS RECONFIGURAÇÕES DO TRABALHO NA REGIÃO DE BLUMENAU¹

Valdir da Silva²; Valmor Schiochet³; Claudia Sombrio Fronza⁴;

RESUMO: O mundo do trabalho acumula em toda a sua história, reconfigurações impostas pelo capital na região de Blumenau desde o período colonial. Enquanto que a sociedade colonial ingressou no capitalismo após a divisão social do trabalho, o processo de urbanização acelerado fez com que ocorresse a formação de uma sociedade salarial altamente industrializada. Para compreensão das dinâmicas que promoveram as reconfigurações do trabalho, utilizou-se de um ferramental metodológico exploratório na literatura, assim como, buscas nas bases sociais para análise salarial por meio de econometria. Desse modo, essa pesquisa discute as reconfigurações do trabalho sob o ponto de vista do desenvolvimento desigual. Por fim, buscou-se entender as novas morfologias do trabalho e as opções das pessoas que não conseguem inserção no mercado de trabalho formal.

Palavras-chave: Reconfigurações do trabalho; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Desigual; Força de Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Quem foi e quem é a classe trabalhadora na região geográfica imediata de Blumenau? O objetivo dessa pesquisa é discutir as reconfigurações do trabalho entre 1850 e 2020 com vistas para o desenvolvimento regional. Para tal aspiração, primeiro utilizou-se de concepções teóricas dispostas na hipótese do desenvolvimento desigual

¹ Artigo original publicado em: 2022 - XV Encontro de Economia Catarinense, 2022, Rio do Sul. Bicentenário da Independência - ISSN 2175-7313.

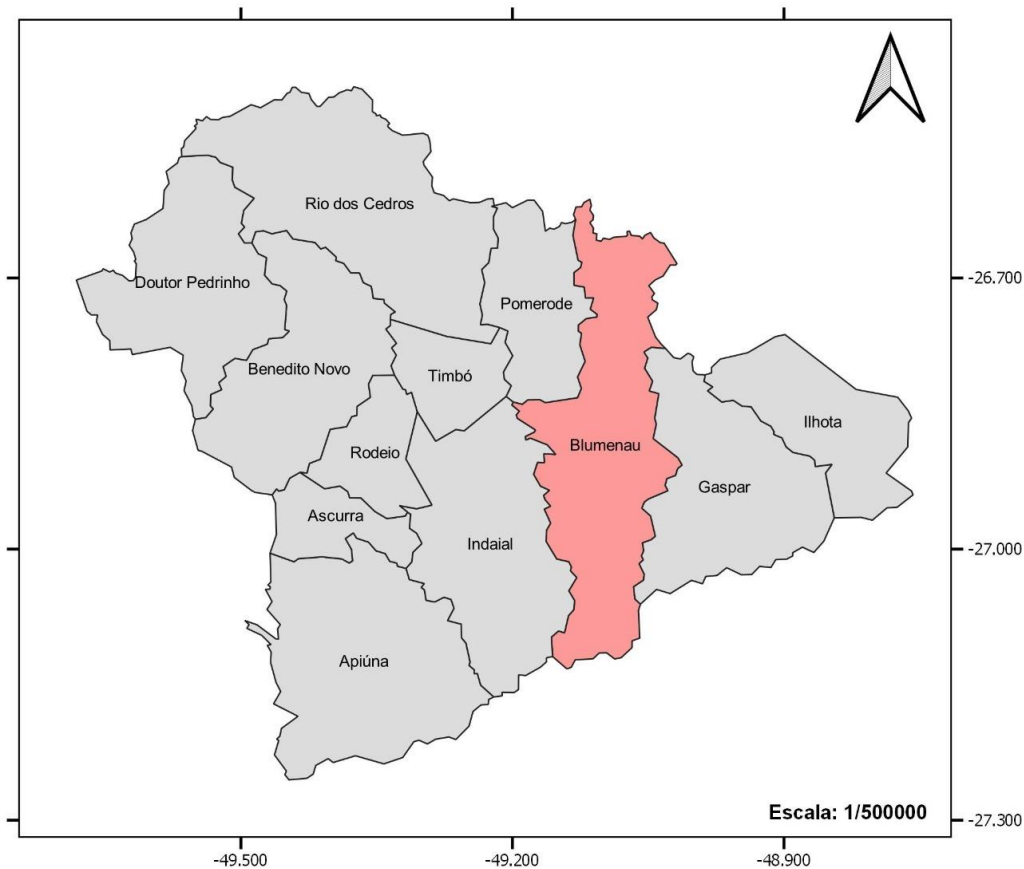
²Doutorando e Mestre em Desenvolvimento Regional, FURB. Integrante do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Trabalho e Desenvolvimento Regional. E-mail: valsilva@furb.br

³Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (1998). Professor do programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, ligado ao Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Fundação Universidade Regional de Blumenau. Foi Secretário Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico em Blumenau/SC (1997/1998) e Diretor de Estudos e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego (2003-2007). E-mail: valmor@furb.br

⁴Doutora em Serviço Social – UFSC; docente do Departamento de Serviço Social da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB; Blumenau, Santa Catarina, Brasil. E-mail: cfronza@furb.br

fundamentadas em algumas ferramentas metodológicas: para que se possa compreender as reconfigurações do trabalho da região de Blumenau desde a colônia até a consolidação da sociedade salarial fez-se uso de uma revisão analítica da literatura. Em uma segunda abordagem, com base dos indicadores da Rais⁵ fez-se uma análise das condições de trabalho da massa de trabalhadores e trabalhadoras do emprego formal. Nessa parte, também se utilizou de uma análise econométrica para avaliar a evolução dos salários e da massa salarial com base na Rais e no Dieese, especialmente, com abordagem nos períodos políticos neodesenvolvimentista e ultraneoliberal.

Figura 1: Mapa da Região Geográfica Imediata de Blumenau.



Fonte: Elaboração própria.

O terceiro modelo de análise trata das reconfigurações do trabalho nas duas últimas décadas. O surgimento e evolução dos Microempreendedores Individuais (MEI⁶)

⁵ A Relação Anual de Informações Sociais (Rais) é um relatório de informações socioeconômicas solicitado pelo Ministério da Economia a partir de 2019, sendo que antes era solicitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego às pessoas jurídicas e outros empregadores anualmente. Foi instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75 (ME, 2019).

⁶No ano de 2008, foi sancionada a LC 128/08, que entrou em vigor em 2009. Com essa lei, os pequenos trabalhadores autônomos podem se tornar os empresários individuais a que se refere o artigo 966 do Código

com base nas informações do Portal do Empreendedor. Em quarto lugar fez-se uma abordagem que permitiu avaliar a massa de pessoas uberizadas da força de trabalho, para isso, recorreu-se as bases literárias contemporâneas, porque, ainda não existem microdados regionais sobre pessoas que exercem o trabalho por aplicativo.

Na quinta abordagem, fez-se a avaliação da atuação do Estado nesse contexto de reconfiguração do trabalho com base em alguns autores. Finalmente, com base nos dados do Ministério da Cidadania fez-se o debate sobre a parte da força de trabalho potencial que não consegue inclusão nos modelos produtivos.

Theis *et al*, (2022) se propuseram a discutir o desenvolvimento regional como um possível campo do saber. De acordo com os autores, a sociedade vista como produtora de mercadorias estão sujeitas as intempéries do desenvolvimento geográfico desigual. Por isso, as assimetrias regionais são reproduzidas de modo contínuo. Desse modo, a atuação do Estado na correção das desigualdades com as políticas de desenvolvimento regional é o que se espera. Mas, será que o Estado atua para o desenvolvimento regional auxiliando as pessoas que precisam do trabalho para sobreviver? Quais foram as políticas para a manutenção da sociedade salarial? As reconfigurações do trabalho vistas no século XXI contam com o apoio do Estado? Essas reconfigurações contribuem para o desenvolvimento regional?

2 O SURGIMENTO DA FORÇA DE TRABALHO NA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE BLUMENAU

Singer (1977) analisou a evolução urbana da região de Blumenau sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico, fazendo uso do contexto histórico. Para o autor, Blumenau se destacou há muitos anos como a “capital do Vale do Itajaí”, uma vez que este era o principal município no desenvolvimento econômico da região. A região do vale era, na década de 1960 (período do estudo), a que possuía maior concentração urbana relativa, embora que ainda naquele tempo a agricultura tinha maior predominância.

A urbanização no período colonial iniciou com a chegada da força de trabalho excedente da Alemanha por causa da Revolução Industrial que não gerava mais emprego e renda, visto que o ingresso no sistema capitalista dispensava artesãos e, além disso, não

Civil Brasileiro. A quantidade de Microempreendedores Individuais – MEI pode ser acessada em: <http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaoimei/private/pages/relatorios/relatorioMunicipio.jsf>

gerava vagas de trabalho para parte do proletariado que se constituía nos filhos e filhas de agricultores das pequenas propriedades, pessoas que trabalhavam na indústria doméstica. Essa situação era oportuna para as companhias de imigração e o projeto de colonização organizado por Hermann Bruno Otto Blumenau, conhecido historicamente como Dr. Blumenau. Naquela época, a Alemanha estava em crise, com excedente de pessoas para as vagas de trabalho disponíveis numa industrialização altamente mecanizada e forçada em curso. Outra questão é que o Dr. Blumenau era terminantemente contrário a introdução de trabalho escravo na colônia (SINGER, 1977).

No início da colônia de Blumenau a meta era se consolidar como região agrícola, já que no país a agricultura era a principal atividade. Contudo, existia o receio de que ocorresse essa dualidade entre atividades de lavoura para a subsistência ou para o mercado. Como o Brasil era essencialmente agrícola, as pessoas que tinham outras profissões no país de origem trabalhavam na produção agrícola em Blumenau. Mas, existia uma exceção, pois o desenvolvimento da colônia dependia de investimentos em obras públicas como casas, edifícios públicos, estradas, pontes etc., ou seja, atividades não mercantis que serviam de apoio para a evolução da colônia (SINGER, 1977). Em um relatório encaminhado para o governo imperial o Dr. Blumenau escreveu que se não pagasse bons salários, os colonos não aceitavam trabalhar na infraestrutura da colônia: “Sempre que eu quis baixar os salários, não havia trabalhadores, preferindo os colonos trabalhar nas suas próprias terras” (SINGER, 1977, p.101).

Após a venda da colônia para o governo imperial, Dr. Blumenau assumiu o cargo de diretor da mesma. Foi nesse período que houve maior desenvolvimento econômico, porque a região recebeu o incremento de muitos investimentos e de imigrantes, do mesmo modo, a colônia passou a receber muitos brasileiros. Foi o início de um processo de urbanização mais acelerado, com novos loteamentos, estradas carroçáveis, escolas, igrejas etc. Ao mesmo tempo, surgiram pequenas produções coloniais, como: serrarias, descascadores de arroz, engenhos, fabrica de charutos e alambiques, dando início a expansão do mercado interno para o nacional e, ainda, a uma pequena exportação de parte da produção. Foi por causa da produção industrial que a região ingressou na economia nacional, da mesma maneira, a divisão do trabalho entre cidade e campo foram fatores impulsionadores da industrialização dessa região. A primeira separação de classes ocorreu quando os vendeiros, deram início a comercialização dos produtos dos colonos da região. Com esse processo se iniciou a primeira divisão social do trabalho (SINGER, 1977).

O desenvolvimento industrial de Blumenau se deu através de distintas fases: a fase do artesanato entre 1850 e 1880, depois, inicia a pequena indústria de 1880 até 1914 e com o desenvolvimento dessas indústrias ocorreu a inserção no mercado nacional. Foi a partir da Primeira Guerra Mundial que houve a transição do porte das empresas, que passaram a assumir o porte de grande indústria. Nesse período, se intensifica a divisão social do trabalho e o processo de urbanização. No ano de 1950, a população que trabalhava nas fábricas era 40% da força de trabalho e na década de 1960 aumentou para 87%. Depois de cem anos de história, Blumenau se torna um centro industrial e urbano (SINGER, 1977). Portanto, a partir desse momento que a força de trabalho da região passa de pequenos agricultores para a condição de assalariados, ou seja, a sociedade essencialmente rural se reconfigura em uma sociedade salarial.

3 A SOCIEDADE SALARIAL DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE BLUMENAU

Como podemos compreender a sociedade salarial? Robert Castel (2008) contribui para que se possa compreender a formação histórica e consolidação da sociedade salarial. Mesmo se referindo aos países da Europa, sobretudo, a França, a análise do autor se torna mundial em função da dinâmica capitalista que se repetiu no processo de industrialização. De acordo com o autor, a sociedade salarial é aquela em que a condição de assalariado se torna o eixo das relações sociais no que tange a identidade cultural e simbólica das pessoas que compõem a força de trabalho. Contudo, para o autor as relações de trabalho na sociedade industrial assumem formas dominantes do que ele chama de cristalização: condição proletária, condição operária e condição salarial.

A condição proletária se constitui na quase eliminação na rede de relacionamentos sociais. Nas relações sociais os proletários são marcados por condições de vulnerabilidade e pauperismo. Já para a condição operária, inserida no contexto do emprego formal surge uma nova relação salarial; a qualidade de direitos assegurados (aposentadoria, auxílio doença, seguro contra acidentes etc.); a participação social no consumo, instrução e habitação; mas também, a condição operária é uma relação de subordinação. Contudo, a base da escala social é ocupada pela condição operária. Na condição salarial, surgem as oportunidades de inserção em novas posições (como o ingresso a estratos de classe), o acréscimo das garantias e direitos, a aquisição de proteções e seguridades (CASTEL, 2008).

Nessa nova relação salarial, quais são as mudanças presenciadas pelos trabalhadores e trabalhadoras? Com o intenso processo de industrialização e a condição de assalariado, surge o novo perfil do operariado das fábricas. Para quem se encontra na condição proletária existe uma grande dificuldade de ingressar nas garantias legais e de investir no consumo, por causa da baixa renda. Por isso, as condições que promovem o acesso ao consumo e as melhorias nas condições de vida da classe operária e de suas famílias estão no imperativo da condição de assalariado com emprego formal (CASTEL, 2008).

Para Castel (2008), dos primórdios da industrialização ao advento da produção fordista, a relação salarial assume diferentes formas e dessas pode-se destacar cinco condições:

1. Separação entre as pessoas consideradas ativas para a ingressar na força de trabalho de outras pessoas considerados semiativas e inativas;
2. A administração científica;
3. O acesso às condições de consumo;
4. A propriedade social dos serviços públicos;
5. A inscrição da classe trabalhadora como membro coletivo dotado de um estatuto social.

As semiativas são inseridas no exército de reserva e/ou no trabalho intermitente. A divisão entre ativas, semiativas e inativas é executada pela agência de empregos. Das estratégias de contratação, as pessoas são cooptadas por coerção ou são seduzidas. O processo de industrialização forçada, aliada ao declínio da atividade agrícola condicionou as pessoas a ingressarem no imperativo da condição operária, sob ameaça de viverem na miséria. Já, o mecanismo de sedução envolve estratégias de “vantagens sociais” como seguridade social, seguro contra acidentes, acesso ao consumo (CASTEL, 2008). Mais recentemente, pode-se incluir o prêmio assiduidade e o programa de participação dos resultados entre outros benefícios oferecidos pelas empresas.

A racionalização do processo de trabalho através da administração científica trouxe condições de igualdade de gênero para execução das atividades laborais, mas também, trouxe a perda da autonomia operária. Apesar disso, mesmo com esse processo de homogeneização da força de trabalho ainda existem operários e operárias especializados e pessoas com habilidades técnicas e científicas para o controle a manutenção das ferramentas de produção (CASTEL, 2008).

A respeito do acesso às condições de consumo promovido pela condição de assalariado, tanto Taylor, quanto Ford eram a favor do aumento dos salários como recompensa pelo aumento da produção. Em contra partida, a “lei do bronze” transformou parte dos salários em auxílios para a seguridade social. Porém, esses auxílios interferem no consumo das pessoas, porque, as contribuições são retidas no pagamento dos salários. Outra questão, é que existe a o argumento preconceituoso de que o aumento da possibilidade de consumo deve ser suprimido, por causa do absenteísmo, da bebedeira e dos vícios (CASTEL, 2008).

A propriedade social dos serviços públicos incorpora a classe operária em uma rede mínima de seguridades para os casos de acidente, doença e aposentadoria. Entretanto, “Tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas.”⁷ (MARX; ENGELS, 2015, p. 15-16), ou seja, tudo o que se tinha como certo se transformou em fumaça. Em razão disso, a classe trabalhadora muitas vezes é forçada a enfrentar as suas reais condições de vida, após o modo imperativo capitalista agir nas reconfigurações do trabalho.

Uma conquista revolucionária foi a inscrição da classe trabalhadora como membro coletivo dotado de um estatuto social. Um exemplo que passou a ser relevante após muitos e muitos anos do seu surgimento foi a construção dos primeiros sindicatos em Blumenau. A pesquisa de mestrado da professora Vilma Margarete Simão avaliou o desenvolvimento econômico, cultural e político de Blumenau, especialmente, com base na relação dos vínculos entre o poder econômico e as representações de interesses no governo local. Nessa pesquisa a autora descreve o nascimento dos sindicatos sob controle rígido da classe patronal:

Os movimentos específicos de trabalhadores começaram a acontecer com frequência e com repercussão na economia local, começando a se evidenciar as contradições locais. Foi quando o empresariado passou a controlar as organizações sindicais, que começam a surgir a partir de 1940. De 1949 a 1950, foram deflagradas três greves de trabalhadores têxteis, limitadas, no entanto, a reivindicações salariais. Se antes da última grande Guerra Mundial e durante o conflito a indústria têxtil se expandiu, após a Guerra entra num período de crise por ter perdido os seus mercados externos (SIMÃO, 1995, p.70).

⁷ No livro Manifesto do Partido Comunista Marx e Engels afirmam que as crises sucessivas fazem com o capitalismo entre em colapso e, em outro ponto, escrevem que essas crises só fazem fortalecer a ordem burguesa, já que a impulsiona a se reinventar através das reconfigurações do trabalho. No entanto, esse se reinventar da burguesia é sempre em detrimento das condições de trabalho da classe trabalhadora.

A partir da greve de 1989 que o Movimento Sindical de Blumenau passou a lutar pelo interesse dos trabalhadores e das trabalhadoras. Antes disso, a classe trabalhadora de Blumenau não carregava consigo uma total consciência de classe, de tal modo que existia uma relação de solidariedade com a classe patronal. Um exemplo disso, é que os líderes sindicais estavam a serviço do patronato. Por causa disso, na década de 1990 o Partido dos Trabalhadores começa a ganhar notoriedade (SIMÃO, 1995).

Quem se encontra na condição operária? De acordo com Castel (2008), historicamente a classe trabalhadora se encontra em uma condição de subordinação e alienação. De fato, existe uma relação do desenvolvimento científico e tecnológico na determinação dos estratos de classe, já que de um lado estão os operários e operárias especializados e pessoas com habilidades técnicas e científicas, de outro, os que executam o trabalho braçal, mais grosseiro, com inferioridade técnica e, por conta disso, tido como o socialmente menos digno. Nada obstante, quem comanda esse processo é a organização científica do trabalho (CASTEL, 2008). No entanto, se o aumento da produção e, conseqüentemente, do lucro foram as conquistas da classe patronal, as lutas sociais da classe trabalhadora, também suscitaram conquistas.

Quais foram as conquistas da classe trabalhadora? A respeito das conquistas da classe trabalhadora o artigo de Silva (2020) analisa a construção das leis trabalhistas no Brasil, desde a transição do período imperial para o republicano. Para tal desiderato, o autor fez uso de várias pesquisas de autores que se preocuparam com as transformações do mundo do trabalho. Uma questão importante constatada pelo autor é que os avanços conquistados foram resultado das lutas sociais. “Portanto, desde os seus primórdios, no século XIX, a legislação trabalhista brasileira foi conquistada pela ação organizada dos trabalhadores em defesa de melhores condições de vida e trabalho” (SILVA, 2020, p.130).

Para se ter ideia, a conquista da jornada de 8 horas de trabalho, por exemplo, surgiu das atividades combativas da organização coletiva da classe trabalhadora a partir do I Congresso Operário Brasileiro no ano de 1906. Entre as formas de luta, destaca-se: a manifestação política, a greve parcial ou geral, a sabotagem, o boicote, denúncias públicas entre outras coisas. No ano de 1943, ocorreu o grande marco na história do operariado brasileiro com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na Constituição de 1946 foram corrigidas outras assimetrias do mundo do trabalho, pois foi incluída a jornada de trabalho de 8 horas, a proibição do trabalho dos menores de 14 anos, a participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa, a assistência aos

que perdiam o emprego, a inclusão da classe trabalhadora no seguro contra acidentes de trabalho, o auxílio maternidade, e ainda, o direito à greve (SILVA, 2020).

Foi em 1961, mediante a uma greve geral coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) que a classe trabalhadora conquistou o 13^o salário, apesar da prisão de milhares de pessoas deste movimento. No auge dessas lutas, foi criado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) que representava os interesses das Confederações sindicais do operariado industrial, do transporte, dos bancários e agrícolas. As lutas eram pela maior presença do Estado na economia, na promoção da reforma agrária, no controle sobre a intervenção do capital estrangeiro e pela democratização do poder. No entanto, os conflitos sociais do período levaram o Brasil para uma ditadura civil-militar no ano de 1964 (SILVA, 2020).

Com o golpe ditatorial civil-militar do ano de 1964, o Estado interviu impetuosamente na repressão do movimento sindical e o direito à estabilidade após dez anos de emprego foi anulado. Entretanto, mesmo com o fato de o patronato ter o auxílio do regime militar para que não houvesse nenhum movimento grevista, as lutas do movimento sindical nunca cessaram. As lutas da classe trabalhadora foram marcadas pela criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e as greves na região do ABC paulista serviram para assegurar a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas por semana na Constituição Federal de 1988 (SILVA, 2020). Porém, conquistas revolucionárias, historicamente, sempre foram alvo de contrarrevoluções fazendo com que a classe que vive do trabalho padeça mediante as destituições.

Mas, do que a classe operária foi destituída? Ao escrever sobre a precarização do trabalho como regra, Antunes (2018) relata um turbulento período para a classe trabalhadora no processo de desmonte da sociedade salarial. De acordo com o autor, da década de 1990 em diante, nos governos de Fernando Collor (PRN) e Fernando Henrique Cardoso (PSDB) houve o aumento das formas de superexploração da força de trabalho sob a hegemonia do pensamento neoliberal. Em suma, a inclusão da composição fundamental das técnicas de gestão do toyotismo, o novo modelo econômico neoliberal e o incremento de novas tecnologias no processo produtivo é o que conhecemos como reestruturação produtiva. Antunes explica que o método de destituição dos direitos da classe que precisa do trabalho para sobreviver:

Assim, em plena *era da informatização do trabalho* no mundo maquinal digital, vem ocorrendo também um processo contraditório, marcado pela *informalização do trabalho* (trabalhadores sem direitos), presente na ampliação dos terceirizados/subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial,

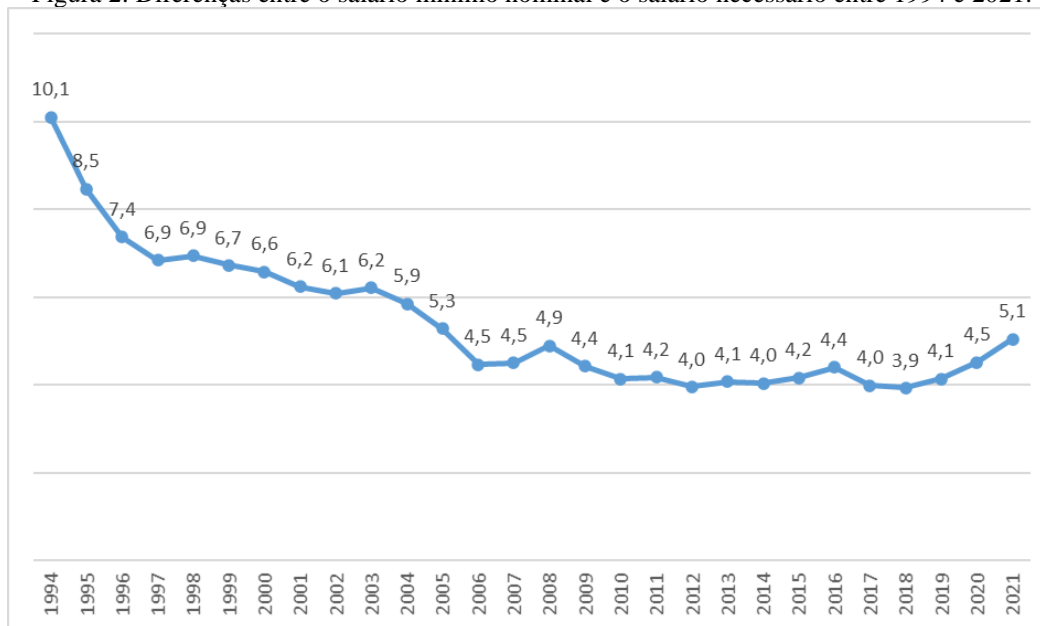
teletrabalhadores, potencializando exponencialmente o universo do trabalho precarizado (ANTUNES, 2018, p.136).

No capítulo em que trata sobre a nova morfologia da classe trabalhadora no Brasil recente, Antunes (2018) analisa os governos do período neodesenvolvimentista. Entre outras questões desse capítulo, o autor comenta que nos governos Lula e Dilma do Partido dos Trabalhadores, houve aumento da população economicamente ativa, uma vez que, foi ampliada a oferta de empregos formais por causa da valorização das atividades do mercado interno. De fato, em todo o Brasil ocorreu um rearranjo na oferta de empregos que sofreu muitas alterações na década de 1990. Apesar disso, a política neodesenvolvimentista não rompeu com o modelo neoliberal e continuou no estímulo à produção de *commodities* para exportação; com as políticas financeiras vigentes e implantando a redução de tributos para beneficiar a indústria automobilística, a construção civil etc. No entanto, períodos em que ocorreu diminuição dos empregos como o ciclo neoliberal e períodos com maior oferta de empregos as condições de renda da classe trabalhadora se altera como de entrasse em uma senoide.

Mas, como analisar os salários em diferentes períodos? As condições de renda proporcionadas pelo salário mínimo nacional com base na sexta básica é acompanhada desde 1994 pelo Dieese⁸. Existem diferenças entre o período neoliberal e neodesenvolvimentista, já que a maior a valorização do salário mínimo nacional foi proporcionada nos governos petistas quando se compara com o governo Fernando Henrique Cardoso (ANTUNES, 2018). Ainda, a partir de 2019, já no contexto ultraneoliberal os salários começam a passar por uma desvalorização, uma vez que os altos índices de inflação contribuem para o aumento do preço dos alimentos da sexta básica.

⁸O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos - Dieese é uma instituição de pesquisa, assessoria e educação do movimento sindical brasileiro. A metodologia para avaliar os salários pode ser vista no endereço: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

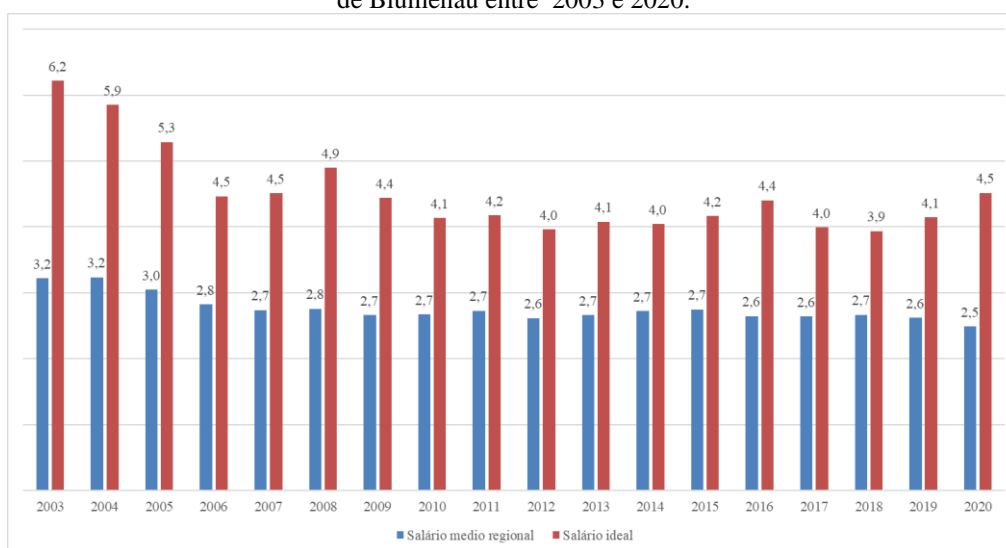
Figura 2: Diferenças entre o salário mínimo nominal e o salário necessário entre 1994 e 2021.



Fonte: Dieese. Elaboração própria.

Nos cálculos apresentados pelo Dieese em 1994, o salário ideal deveria ser composto de 10,1 salários mínimos, entretanto, com as políticas de valorização do mínimo nacional a diferença passou a ser 4,6 vezes. Com a política de valorização do salário mínimo o salário médio da Região Geográfica Imediata de Blumenau se aproxima do salário ideal calculado pelo Dieese. Entretanto, para analisar as perdas nos salários dos trabalhadores e trabalhadoras, também é preciso saber o quanto que a alta dos preços incide sobre as remunerações.

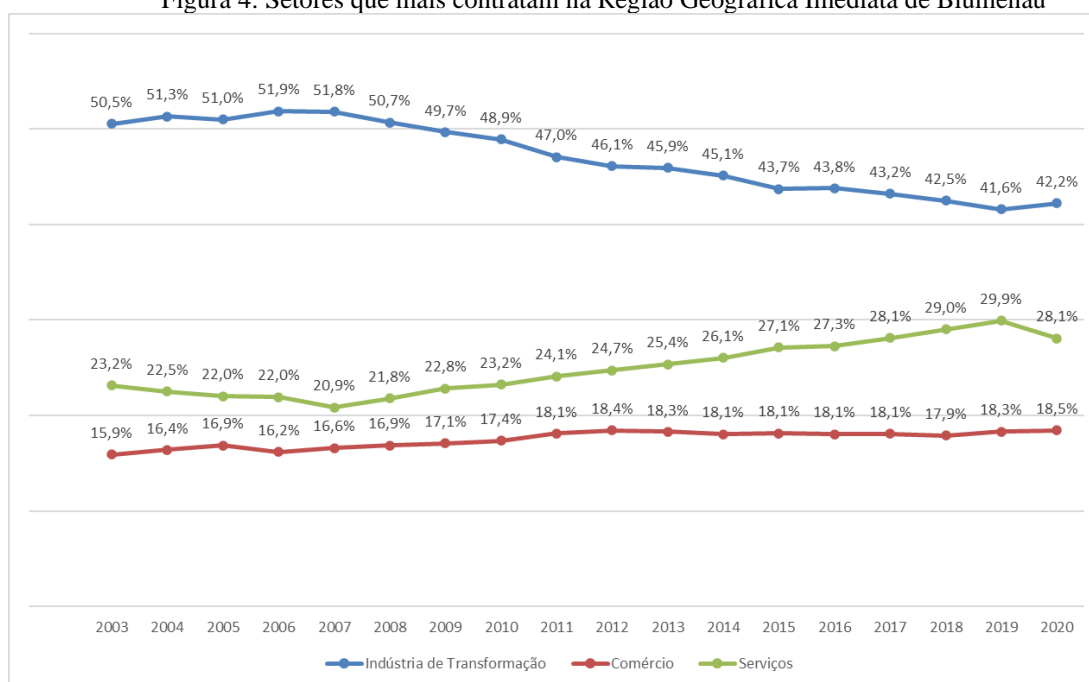
Figura 3: Salário médio versus salário ideal em salários mínimos na Região Geográfica Imediata de Blumenau entre 2003 e 2020.



Fontes: Fonte: Dieese e Rais. Elaboração própria.

Para se analisar o quanto que a alta dos preços influenciou na corrosão das remunerações, optou-se por considerar para aplicação econométrica o INPC⁹ nos períodos neodesenvolvimentista entre 2003 e 2015; período ultraneoliberal de 2016 até os dias atuais (estamos em um período liberal ortodoxo ou ultraneoliberal). Para Antunes (2018) após o golpe parlamentar que depôs a Dilma o governo terceirizado de Michel Temer (MDB) entre 2016 e 2018 foi responsável pela nova fase da contrarrevolução ultraneoliberal e o desmonte da legislação social do trabalho. Outra questão importante é que a maior parta da sociedade salarial da Região Geográfica Imediata de Blumenau estão nos setores: Indústria de Transformação, Comércio e Serviços.

Figura 4: Setores que mais contratam na Região Geográfica Imediata de Blumenau



Fonte: Rais. Elaboração própria.

Principalmente, após o ano de 2007, a Indústria de Transformação diminui a participação na contratação da força de trabalho e o setor de Serviços amplia a sua participação. Essa explosão no proletariado de Serviços é composta também dos serviços de apoio às empresas, especialmente, por causa do intenso processo de terceirização da força de trabalho iniciado na década de 1990. Essa explosão no proletariado de Serviços

⁹ De acordo com o Banco Central do Brasil o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC “é um índice de preços de abrangência nacional que pesquisa famílias com rendimento mensal entre 1 e 8 salários mínimos qualquer que seja a fonte de rendimento”. Os valores de INPC para avaliar os salários podem ser vistos no endereço: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1>

foi observada por Antunes (2008) quando trata de seus novos significados. Independente do setor, ao passar das décadas, ocorreu perda no crescimento nominal e real nas remunerações e na região de Blumenau não foi diferente.

Tabela 1: Crescimento nominal e real dos salários médios por seção de atividade econômica na Região Geográfica Imediata de Blumenau entre 2003 e 2020.

Seções de atividades econômicas	2003/2015		2016/2020	
	Nominal	Real	Nominal	Real
Agricultura, pecuária	-0,7%	-55,0%	2,0%	-17,7%
Pesca	-17,5%	-62,7%	-12,9%	-29,7%
Indústrias extrativas	-9,3%	-58,9%	-6,1%	-24,2%
Indústria transformação	-13,7%	-60,9%	-7,5%	-25,4%
Eletricidade, gás e água	-15,4%	-61,7%	-22,6%	-37,6%
Construção	-14,0%	-61,1%	-6,5%	-24,6%
Comércio, reparações	-10,5%	-59,5%	-7,0%	-25,0%
Alojamento e alimentação	-7,7%	-58,2%	-12,5%	-29,4%
Transporte, comunicações	-25,2%	-66,1%	-12,7%	-29,5%
Intermediação financeira	-44,6%	-74,9%	-8,3%	-26,1%
Serviços às empresas	-8,4%	-58,5%	-3,9%	-22,5%
Administração pública	-5,9%	-57,4%	20,5%	-2,8%
Educação	-34,6%	-70,4%	-44,7%	-55,4%
Saúde e serviços sociais	-10,0%	-59,2%	-9,0%	-26,6%
Outros serviços coletivos	-19,2%	-63,4%	-1,2%	-20,3%
Serviços domésticos	36,0%	-38,4%	-30,6%	-44,0%
TOTAL	-14,7%	-61,3%	-5,9%	-24,1%

Fonte: RAIS, 2003, 2015, 2016, 2020. Elaboração própria.

Nos 12 anos do período neodesenvolvimentista a classe trabalhadora da região acumulou perdas de 5,1% ao ano, enquanto que no período ultraneoliberal as perdas anuais foram de 6,1% em cada ano. Mesmo com o crescimento nominal, a força de trabalho das atividades de Serviço Doméstico teve suas remunerações corroídas pela inflação, tanto no período de 2003 a 2015, quanto no período de 2016 a 2020, essas pessoas sobrevivem com as menores médias salariais da região. Entretanto, no primeiro período referido, as perdas foram de 3,2% ao ano e, no segundo período 11% ao ano. Não existe atividade econômica sem perdas nas remunerações. Nesse sentido, existe uma proletarização de todas as atividades econômicas. Destaca-se aqui que as atividades com maior desvalorização salarial foram a Intermediação Financeira com 6,2% ao ano no primeiro período e 6,5% em cada ano no segundo período; na Educação os trabalhadores e trabalhadoras acumularam 5,9% ao ano de perda no período neodesenvolvimentista e 9,2% no período ultraneoliberal. As perdas salariais são um pouco mais acentuadas após 2016, mas também, não se trata só de diminuição das remunerações.

Silva (2020) explicou em sua pesquisa que a partir do ano de 2016 as classes dominantes descaracterizaram a Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 quase por

completo em meio a uma crise econômica, política e social. Por isso, a reforma trabalhista aprofundou as desigualdades no mundo do trabalho com redução nas remunerações e descarte da classe trabalhadora em seus postos de trabalho, mas ainda, com a ampliação da intensificação das formas de trabalho. A privação dos direitos no contexto das contrarreformas trabalhistas nesse período ultraliberal foi comentada na pesquisa de Silva (2020):

Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, que foram criticadas pela classe empresarial brasileira como atrasada e inadequada à reestruturação produtiva do capitalismo mundial, para que conseguissem a aprovação da reforma trabalhista, em 2017, que destruiu mais de 120 artigos da CLT e flexibilizou dispositivos constitucionais (SILVA, 2020, p.127).

Não é um exagero afirmar que a classe formada pela sociedade salarial foi destituída das melhores faixas de remuneração, das condições de igualdade nas segregações entre os estratos de classe. Os indicadores sociais revelam que os salários vêm diminuindo e se desvalorizando a cada ano que passa, enquanto que as segregações entre trabalhadores e trabalhadoras braçais e assalariados burgueses, também é evidente. Existe um discurso político que busca exorcizar os conflitos sociais, uma ideia de que o fim das ideologias é a condição ideal, porém, isso também é uma ideologia. Trata-se de um discurso que desmerece as forças políticas e sindicais, enaltece o acesso ao consumo e a chance de inserção na nebulosa das classes médias (CASTEL, 2008). O que a classe que vive do trabalho não observa muitas vezes é que fazem parte de um fluxo de desvalorização das remunerações comprometendo esse sonho de participar da classe média. Por conseguinte, a grande vantagem para a classe patronal da Região Geográfica Imediata de Blumenau é a redução nominal na massa salarial em todas as atividades econômicas.

Tabela 2: Crescimento nominal e real da massa salarial por seção de atividade econômica na Região Geográfica Imediata de Blumenau Entre 2003 e 2020.

Seções de atividades econômicas	2003/2015		2016/2020	
	Nominal	Real	Nominal	Real
Agricultura, pecuária	24,8%	-43,5%	-12,2%	-29,2%
Pesca	118,9%	-0,8%	-35,6%	-48,0%
Indústrias extrativas	10,4%	-50,0%	5,6%	-14,8%
Indústria transformação	14,1%	-48,3%	-1,6%	-20,6%
Eletricidade, gás e água	-6,4%	-57,6%	-19,5%	-35,1%
Construção	150,4%	13,4%	-5,2%	-23,6%
Comércio, reparações	58,7%	-28,1%	3,8%	-16,3%
Alojamento e alimentação	102,0%	-8,5%	-5,7%	-23,9%
Transporte, comunicações	25,9%	-43,0%	-1,0%	-20,1%
Intermediação financeira	14,3%	-48,2%	2,5%	-17,3%
Serviços às empresas	55,7%	-29,5%	16,4%	-6,1%

Administração pública	31,5%	-40,5%	2,2%	-17,6%
Educação	79,5%	-18,7%	14,8%	-7,4%
Saúde e serviços sociais	69,8%	-23,1%	6,8%	-13,8%
Outros serviços coletivos	13,3%	-48,7%	-1,6%	-20,6%
Serviços domésticos	-37,7%	-71,8%	-42,6%	-53,7%
TOTAL	33,0%	-39,7%	2,5%	-17,3%

Fonte: RAIS, 2003, 2015, 2016, 2020. Elaboração própria.

Com a diminuição real da massa salarial corrida pela inflação quem perde é a classe que depende do trabalho, entretanto, com os pequenos e menos expressivos aumentos anuais na massa salarial nos reajustes nominais a classe patronal ganha muito por causa do rebaixamento dos salários. Existe um aumento nominal médio da massa salarial entre 2003 e 2015 de 2,75% ao ano e no período posterior da análise o aumento regional foi de 0,6% em cada ano. Nos três setores que mais contratam na região de Blumenau a diminuição da massa salarial é mais significativa no período ultraneoliberal para o contentamento do empresariado.

Qual foi a participação do Estado no desenvolvimento com a centralidade do trabalho? Enquanto existiam incentivos para criação e ampliação da sociedade salarial houve desenvolvimento econômico e crescimento do Estado social. Nesse período, havia preocupação com um futuro melhor, principalmente, com a instauração da seguridade social (mesmo que tenha sido em regime desigual); no papel do Estado na regulação da economia; assim como, no papel do Estado na regulação do relacionamento entre a classe patronal e a classe trabalhadora (CASTEL, 2008).

Essa nova atuação do Estado em detrimento das conquistas da classe trabalhadora foi discutida por Antunes (2018). A rigor, o Estado foi um grande facilitador das reconfigurações do trabalho. Essas reconfigurações promovem alterações na oferta de empregos e na diminuição dos salários, especialmente, com o intenso processo de reestruturação produtiva a partir da década de 1990. Foi nesse período, que cresceu exponencialmente a informalidade. Mas, após o golpe parlamentar em 2016, o período ultraneoliberal trouxe novas formas de precarização, e isso aumenta o número de respostas para a pergunta: quem é a classe trabalhadora hoje na região geográfica imediata de Blumenau?

4 QUEM É A CLASSE TRABALHADORA DA REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE BLUMENAU HOJE?

Apesar do fato de Santa Catarina ser a Unidade Federativa com maior oferta de empregos formais no Brasil, a classe que vive do trabalho não está em situação diferenciada quando se compara com o restante do país. Por isso, na Região Geográfica Imediata de Blumenau existem outras modalidades que vão além do emprego formal, como: pessoas informais, as formalizadas por sob forma de MEI e as uberizadas. Esses, MEI e uberizados formam o burguês-de-si-próprio e proletário-de-si-mesmo e compõem parte da massa de “empreendedores”. Até mesmo, porque não existe emprego formal para todas as pessoas que fazem parte da região.

Tabela 3: Análise evolução dos empregos e população entre 2003 e 2020.

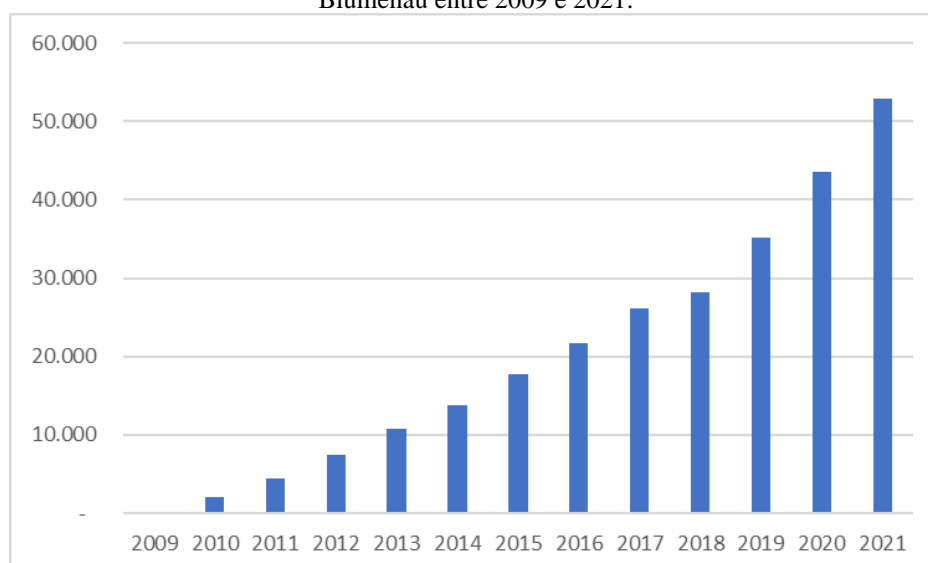
Empregos / Habitantes	Períodos	
	2003-2015	2016-2020
Empregos gerados no período	81.082	7.322
Crescimento habitantes no período	125.724	36.332
Média geração empregos ao ano	6.757	1.831
Média do crescimento dos habitantes ao ano	10.477	9.083
Varição empregos no período (%)	26,0%	5,9%
Varição média empregos ao ano (%)	-0,11	-0,51

Fonte: RAIS, 2003, 2015, 2016, 2018; IBGE¹⁰. Elaboração própria.

Nos 12 anos do período neodesenvolvimentista houve acréscimo de 26% na geração de empregos formais, mesmo com diminuição de 0,11% em cada ano, mas a população da região aumentou 125.724. Já nos 4 anos do período ultraneoliberal foram 5,9% com decréscimo de 0,51% em cada ano, todavia, a densidade populacional recebeu um acréscimo de 36.332 pessoas. Por isso, a oferta de empregos formais não acompanha o aumento da população fazendo com que as pessoas que precisam do trabalho para sobreviver tenham que recorrer a outras estratégias de sobrevivência.

¹⁰ A contagem da população pode ser vista no site do IBGE através do endereço: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6579>

Figura 5: Número de pessoas cadastradas como MEI na região Geográfica Imediata de Blumenau entre 2009 e 2021.



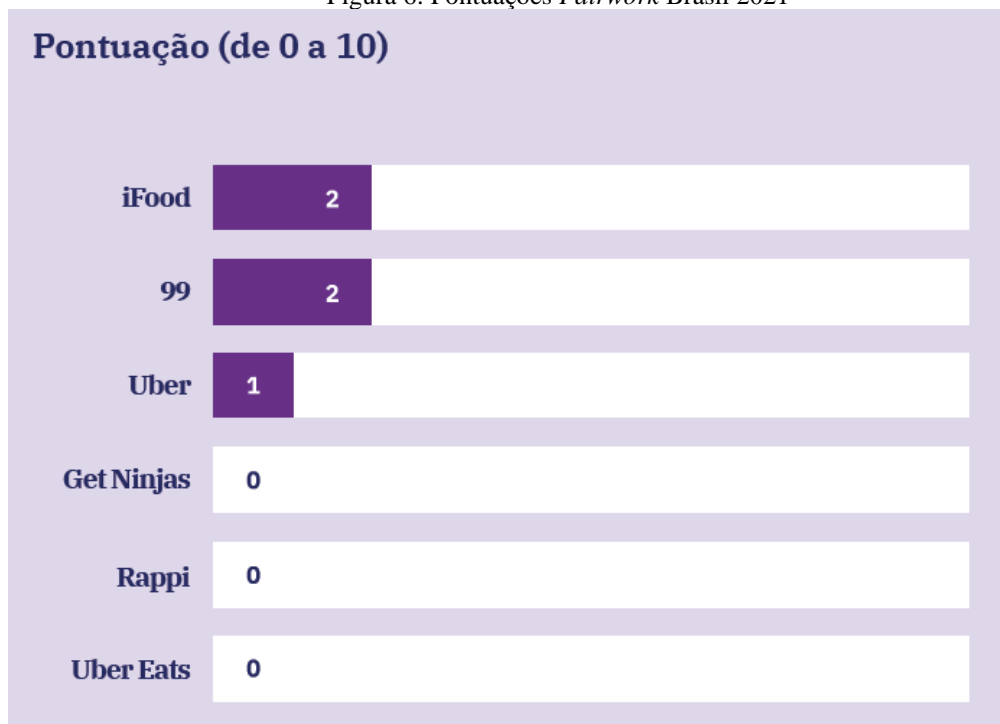
Fonte: Portal do empreendedor. Elaboração própria.

Por tudo isso, existe um crescimento exponencial da massa de pessoas que começam a trabalhar como MEI na região de Blumenau. Parte dessas pessoas trabalham como faccionistas da Indústria Têxtil transformando pelo menos uma ou duas pessoas de cada um desses estabelecimentos em trabalhadores e trabalhadoras formais, porque, todo MEI tem direito a contratar uma pessoa. Outra hipótese é que a responsabilidade do processo de informalização deixa de ser obrigação das indústrias têxteis que contratam essas facções e passa a ser de cada um microempreendedor individual.

Outra parcela do contingente de pessoas que “se viram como podem”, prestam serviço para as formas uberizadas de trabalho. Essas pessoas, inseridas no capitalismo de plataforma, estão sujeitas a realizar trabalho intermitente para os aplicativos, principalmente, os aplicativos de transporte e de entrega de refeições. Ainda não é possível mensurar em bases quantitativas o número de pessoas que se obrigam a trabalhar para aplicativos na região de Blumenau, pois, isso ainda depende da divulgação do próximo senso que está atrasado desde 2020. No entanto, a *Fairwork* Brasil (2021)¹¹ avaliou a atuação dos principais aplicativos do capitalismo de plataforma. Dos critérios de avaliação estão: remuneração justa, condições justas, contratos justos, gestão justa e representação justa.

¹¹ *Fairwork* é um projeto liderado pela Universidade de Oxford e presente em 27 países com a finalidade de pressionar as plataformas digitais por melhores condições de trabalho, a partir da noção de trabalho decente, ligada à Organização Internacional do Trabalho. O relatório pode ser baixado no site: <https://fair.work/en/fw/blog/politicas-publicas-para-trabalho-por-plataformas-no-brasil/>

Figura 6: Pontuações *Fairwork* Brasil 2021



Fonte: *Fairwork* Brasil 2022.

Atualmente, mais precisamente no mês de abril de 2022 existem 289 estabelecimentos que oferecem entregas pelo aplicativo *iFood*¹² na região de Blumenau. Este aplicativo por exemplo, não se limita a entrega de refeições, mas, oferece várias formas de entrega. Outra questão, é que ele não é único, pois também, existem vários entregadores como mochilas de identificação de vários outros aplicativos.

De acordo com a *Fairwork* Brasil (2022) o *iFood* não oferece uma remuneração justa, porque, as remunerações não atingem o salário mínimo regional após os custos de trabalho e os lucros não atingem um salário mínimo ideal; o aplicativo ainda não oferece condições justas, uma vez que os riscos da tarefa são atenuados, o que não contribui para melhorar as condições de trabalho; quanto ao contrato justo, as condições de trabalho são claras e transparentes, mas, existe a imposição de cláusulas contratuais abusivas; o aplicativo não atende o princípio de gestão justa, assim como, não fornece condições de decisão e não há equidade no processo de gestão; quanto a representação justa, os trabalhadores e trabalhadoras exercem voz ativa e conseguem liberdade de associação, contudo, não existe nenhum órgão coletivo que representa essa parte da força de trabalho.

¹² A ocupação do aplicativo *iFood* no território pode ser investigado pelo site: <https://www.iFood.com.br/restaurantes>

Ou seja, trabalhar para os aplicativos do capitalismo de plataforma é uma verdadeira enrascada.

Ao pesquisar sobre trabalho intermitente, Antunes (2020) descreve como a classe trabalhadora é produto de reconfigurações das formas de trabalho por causa do imperativo do capital. Para o autor, terceirização, informalidade e flexibilidade são impulsionadas pela expansão das formas uberizadas de trabalho. Por isso, essa parte da massa de pessoas se submete a “escravidão digital”. No discurso empresarial as pessoas condicionadas a esta categoria assumem uma condição que vai além de ser “colaboradoras”, uma vez que as pessoas passam a ser “parceiras” de negócios das empresas. Essa condição de “empreendedor” oferecida, traz novas significações para as relações de trabalho. Tais mecanismos de sedução, conduzem as pessoas a ingressar nas condições uberizadas, informais, flexíveis e precárias de trabalho, realizando jornadas que ultrapassam as horas no mercado de trabalho formal. Essas pessoas se submetem a trabalhos sem ter dias de descanso, com salários baixos e tendo que arcar com a manutenção de seus bens que se tornaram ferramentas de trabalho. As justificativas contemporâneas passam pela crise pandêmica iniciada em 2020, porque, encontra-se em andamento um laboratório de experimentos do trabalho uberizado. E desse modo, existem assimetrias consistentes no mundo do trabalho na região de Blumenau e ainda, tem os que nem acesso ao trabalho conseguem. Então, como ficam as pessoas que não conseguem acesso ao trabalho?

Tabela 4: Parcela da população beneficiada pela política de assistência.

Unidade Territorial	Pessoas elegíveis	Pessoas assistidas	População	Participação da população assistida pelos benefícios sociais sobre a população dos municípios	Total de recursos destinados (R\$)
Apiúna	1.145	2.238	10.951	20,4%	1.592.100
Ascurra	957	1.912	8.021	23,8%	1.327.200
Benedito Novo	872	1.726	11.896	14,5%	1.206.900
Blumenau	37.730	67.204	366.418	18,3%	50.427.850
Doutor Pedrinho	367	708	4.164	17,0%	502.475
Gaspar	8.818	16.358	71.925	22,7%	12.524.825
Ilhota	2.214	4.168	14.531	28,7%	3.119.625
Indaial	6.967	13.012	72.346	18,0%	9.468.975
Pomerode	2.319	4.342	34.561	12,6%	3.098.100
Rio Dos Cedros	962	1.782	11.937	14,9%	1.294.300
Rodeio	1.285	2.337	11.647	20,1%	1.699.875
Timbó	3.773	6.843	45.703	15,0%	5.026.275
Total	67.409	122.630	664.100	18,5%	91.288.500

Fonte: Ministério da Cidadania¹³; IBGE. Elaboração própria.

Do mesmo modo que não existem vagas de empregos para muitas pessoas que precisam na região de Blumenau, há também, uma ampliação das pessoas que recorrem às políticas de assistência, porque, se encontram em situação de pobreza e vulnerabilidade. Na região geográfica imediata de Blumenau existem 67.409 pessoas que recorreram as políticas assistenciais e, somando os dependentes são 122.630 pessoas em situação de pobreza, isso corresponde a 18.5% da população da região. Devida a maior densidade demográfica, a maior quantidade está em Blumenau. Dentre os municípios com maior proporção de pessoas nessa situação, está Ilhota, uma vez que são 28,7% da população e isso representa 4.168 pessoas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como propósito apresentar e discutir as reconfigurações do trabalho na região geográfica imediata de Blumenau desde o período colonial, passando pela sociedade salarial e ingressando nas novas formas de trabalho no século XXI. Também fez parte da análise, a intervenção do Estado no mundo do trabalho em períodos distintos, sendo eles neodesenvolvimentista e ultraneoliberal.

Os dados quantitativos mostram que existe uma perda histórica dos níveis salariais da força de trabalho, mesmo quando os níveis de emprego eram mais favoráveis para a classe trabalhadora. Porém, no período ultraneoliberal essa situação é intensificada por causa da atuação do Estado para destituir as pessoas dos direitos conquistados, dos melhores salários, das condições favoráveis à manutenção da vida, fazendo com que parte das pessoas tenham que se inserir em condições precárias ou nem isso, uma vez que parte das pessoas estão no empobrecimento e vulnerabilidade, e por isso, precisando recorrer as políticas de assistência.

O que fica é a compreensão de como a precarização reproduz desigualdades e insere as pessoas na situação de perda de direitos e no empobrecimento. As reconfigurações da força de trabalho não contribuem para o desenvolvimento, mas sim, são uma forma para assegurar o processo de exploração e acumulação de capital. O que fica na verdade é um processo de desenvolvimento desigual que combina precarização,

¹³ As políticas de assistência podem ser vistas no site do Ministério da Cidadania no endereço: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/dash/view.php?d=176>

perda de direitos e a ausência de um Estado protetivo e interventor como principal estratégia de desenvolvimento territorial, responsabilizando as pessoas pela manutenção da sobrevivência e a qualidade de vida que acessam.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. Boitempo Editorial, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. v. 1. 328p.

CASTEL, Robert; POLETI, Iraci D. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. In: **As Metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário**. 2008. p. 611-611.

SILVA, Mauri Antônio da. Aporte histórico sobre os direitos trabalhistas no Brasil. *Revista Ser Social*. Brasília, v. 22, n. 46, janeiro a junho de 2020.

SIMÃO, Vilma Margarete. Blumenau: da indiferenciação étnica a diferenciação de classe. **São Paulo: Dissertação de Mestrado em Serviço Social–PUC/SP**, 1995.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

THEIS, Ivo Marcos *et al.* DESENVOLVIMENTO REGIONAL: CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE SABER?. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 18, n. 1, 2022.